

ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE CALDAS NOVAS NOS ÚLTIMOS 13 ANOS

**GONÇALVES, Jullyana Pimenta Borges¹; BORGES, Rosângela Lopes²;
FERNANDES-SOBRINHO, Marcos^{3,4,5}; FELICIO, Cinthia Maria^{1,4}**

^{1,2,4}Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Morrinhos

³Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Urutaí

⁴Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional Tecnológica (ProfEPT/IF Goiano)

⁵Programa de Pós-Graduação em Gestão Organizacional da Universidade Federal de Catalão
(PPGGO/UFCat)

jullyanapbg@gmail.com.br¹; rosalb2@hotmail.com²; marcos.fernandes@ifgoiano.edu.br³;
cinthia.felicio@ifgoiano.edu.br⁴

1. Introdução

Somente a partir dos anos de 1950 e 1960 é que ocorreu a inserção de pessoas com Necessidades Educativas Especiais (NEE) na política educacional brasileira. Em alguns momentos na literatura foi também intitulada de “educação de deficientes”, “educação dos excepcionais” e “educação especial” (MAZZOTTA, 2011, p.27).

No final século XX, estimulados pela Declaração de Salamanca (1994), os debates e ações para a efetiva inserção dessas pessoas na sociedade e no ensino regular ganhou repercussão. Desde então, muitos avanços ocorreram em relação aos seus direitos, ao acesso, ingresso e permanência nas escolas, porém, “ainda estamos longe da concretização desses direitos, para todos, indiscriminadamente” (CARVALHO, 2011, p.22).

O presente estudo visa descrever o público-alvo da educação inclusiva, de uma instituição de ensino pública, da rede estadual de educação do estado de Goiás, desde 2005 até o momento atual, e compreender o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Com o intuito de levantar os avanços e limitações do processo inclusivo na instituição, definir o perfil dos alunos atendidos (idade, sexo, tipo de necessidade especial), os recursos disponibilizados para o atendimento deles e as ações formativas que são realizadas para favorecer o aprendizado e inclusão desses sujeitos no ambiente escolar.

1.1 Educação Inclusiva no Brasil: Breve Histórico

No Brasil, até 1961 o atendimento educacional às pessoas com deficiência era ofertado de maneira segregada. Era oferecido em estabelecimentos especializados, escolas

especiais e classes especiais, ou ainda, em instituições que surgiram na época do Império, como nos atuais Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional da Educação dos Surdos. Outros centros que se destacaram nesse sentido são o Instituto Pestalozzi (1926) e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE, 1954). (MEC/SECADI, 2014).

Após esse período, temos tentativas de inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares. No entanto, com leis e diretrizes que ainda admitiam um modelo de segregação, permitindo o encaminhamento delas para as classes ou escolas especiais. Não havendo uma obrigatoriedade da permanência, muito menos, a exigência de adaptações por parte da escola, essas leis não garantiam a inclusão de fato (MAZZOTA, 2011).

Em 1988, a Constituição Federal brasileira traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). O artigo 205 traz a educação como um direito de todos, visando garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Já no artigo 206, inciso I, afirma que a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” é um dos princípios do ensino e que é dever do Estado ofertar o Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art.208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA,1990), a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), reforçam os ideais previstos na Constituição e passam a direcionar as políticas públicas da educação inclusiva brasileira. Sob a égide da educação para todos, as escolas regulares são o melhor espaço para combater atitudes discriminatórias, devendo essas, acolher a todos, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, étnicas ou outras. (BRASIL, 2008).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), no artigo 59, orienta que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes: currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades. No artigo 37, prevê “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”. Ao dar suporte para que as escolas se organizem da melhor maneira visando atender às necessidades dos alunos, a lei começa a romper com o modelo segregacionista, pois assegura que todos estarão juntos, sendo atendidos em suas especificidades.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), no artigo 2º, determinam que: “Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.”. Essas diretrizes reforçam a necessidade de que as escolas se organizem, buscando estratégias de ensino que possam incluir a todos.

1.2 Quem é considerado aluno com NEE conforme a legislação vigente?

O documento “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008 p.15) define o público-alvo da inclusão, que são: alunos com deficiência, superdotação ou altas habilidades, alunos com transtornos globais do desenvolvimento e ainda “transtornos funcionais específicos”.

De acordo com o referido instrumento, pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais mútuas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo (autismo, síndromes do espectro autista e psicose infantil). Já os estudantes com altas habilidades têm potencial elevado em uma ou em várias áreas. Em meio aos transtornos específicos mais conhecidos, citam-se: dislexia em seus diferentes tipos, transtorno de atenção e hiperatividade (TDAH ou TDA).

1.3 As diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Nossa atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96) no capítulo V, artigo 59, fundamenta o AEE, que posteriormente foi discutido no documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). Nesse, temos orientações para o AEE, que passa a ser regulamentado no ano seguinte, com diretrizes para o seu funcionamento (BRASIL, 2009).

Nesse documento, Resolução nº4 de 02 de outubro de 2009, em seu artigo 5, é previsto que esse atendimento deva ser realizado de forma complementar ou suplementar. Prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais (ou Sala de AEE) da própria escola

ou em outra escola de ensino regular. Devendo este ser oferecido em contraturno da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns.

2. Metodologia

Segundo Prodanov e Freitas (2013) uma pesquisa deve satisfazer uma problemática levantada pelo autor. E para isso, ele busca um caminho, que possa levá-lo, de maneira sistemática, a encontrar respostas às suas indagações. A pesquisa de abordagem qualitativa (SEVERINO,2010), realizada em março de 2018, por meio de entrevista semiestruturada com profissional responsável pelo AEE de uma instituição de ensino pública da rede estadual de educação, localizada no interior de Goiás e que denominaremos de Escola Campo investigada (ECinvestigada) que oferta o Ensino Fundamental (segunda fase), o Ensino Médio regular e Educação de Jovens e Adultos(EJA), Ensino Fundamental e Médio.

A opção em se realizar um estudo de caso se deu porque a proposta da pesquisa é aprofundar o conhecimento sobre um grupo específico, no caso, os dados sobre os alunos com NEE matriculados e atendidos na escola (2005 a 2018), e compreender o funcionamento do AEE oferecido nessa instituição.

Os sujeitos pesquisados foram os alunos com NEE egressos e atualmente matriculados na ECinvestigada, por meio de pesquisa documental, a partir do ano de 2005 até o corrente ano, em que há registro no arquivo da secretaria. A delimitação temporal se deu pela possibilidade maior de coleta de dados, já que constam registros específicos de alunos com NEE a partir dela, devido à lei que “obriga” a matrícula desses discentes no ensino regular (BRASIL, 2001). Isso não exclui a possibilidade de outros educandos terem sido matriculados antes dessa data.

O estudo foi realizado de janeiro de 2018 a março de 2018, pautada na pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática abordada, pesquisa de campo exploratória com visitas à secretaria e sala do AEE. Sendo a pesquisa documental realizada a partir de dados fornecidos pela secretaria da escola, com o objetivo de mensurar o quantitativo de alunos com NEE recebidos pela escola, de 2005 a 2018, bem como a idade desses alunos e o tipo de necessidade que possuem. Para identificar os recursos disponibilizados na sala de AEE, foi solicitada uma lista à responsável.

3. Desenvolvimento e resultados

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, com resultados parciais da pesquisa

documental, que visa traçar o perfil dos alunos atendidos (idade, sexo, tipo de necessidade), de 2005 a 2018, o resultado da entrevista realizada com o profissional responsável pelo AEE e a listagem de recursos disponíveis para o atendimento dos alunos com NEE.

Vale ressaltar ainda que dados sobre alunos que fizeram parte desta pesquisa são apenas aqueles que têm algum tipo de laudo médico, clínico, diagnóstico ou algum documento que comprove a sua necessidade educativa especial. Outros casos não são considerados nesta investigação.

3.1 Alunos com NEE matriculados na ECinvestigada

A seguir apresentaremos duas tabelas, com o quantitativo de alunos com NEE, matriculados na instituição e o tipo de necessidade educativa especial, série e faixa etária, a partir do ano de 2005. Somente a partir desse ano é que constam registros específicos desse público nos documentos da secretaria. Não excluimos a possibilidade de que alunos com NEE tenham sido matriculados antes dessa data.

Tabela 1 - Matriculados com NEE entre dos anos de 2005 a 2012 na ECinvestigada

Alunos com NEE matriculados entre 2005 a 2012			
TIPOS DE NECESSIDADE EDUCATIVA ESPECIAL	Matrículas	Série	Idade
Deficiência Auditiva	8	6º ao 9º e EJA	13-49
Surdez	1	EJA	36
Deficiência Intelectual	8	6º a 2ª E.M. e EJA	14-23
Baixa visão	2	8º e EJA	14 e 38
Cegueira	2	9º e EJA	21 e 32
Deficiência Física	3	1ª E.M. e EJA	15-39
Deficiências Múltiplas (Física e Intelectual)	2	6º e 8º	15 e 16
Transtorno Desintegrativo da Infância (TDI)	2	6º e 8º	11 e 15
TOTAL	28		

Fonte: Elaborado pelos autores (2018) com base nos dados fornecidos pela secretaria.

Conforme a Tabela 1, até o ano de 2012, foram matriculados 28 alunos, dentre eles estão 12 mulheres e 16 homens. Das mulheres, 6 foram matriculadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), com idade entre 16 e 38 anos. As demais mulheres, foram matriculadas no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e no Ensino médio com idade entre 14 e 16 anos. Entre os homens, 6 homens foram matriculados na EJA, com idade entre 22 e 38 anos. E os outros 10 foram matriculados no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) ou no Ensino Médio, com idade entre 11 e 21 anos.

Já no período de 2013 a 2018, foram matriculados 40 alunos, dentre eles, 17 mulheres e 23 homens, sendo que entre as mulheres, somente 2 foram matriculadas na EJA com 22 e 25 anos e as demais foram matriculadas no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) ou no Ensino Médio, com idade entre 11 e 18 anos. Nesse mesmo período, somente 2 homens foram matriculados na EJA, com idade de 20 e 34 anos. E 21 homens foram matriculados no Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e no Ensino Médio, com idade entre 12 e 22 anos (Tabela 2).

Tabela 2 – Matriculados com NEE entre 2013 e 2018 na ECinvestigada

Alunos com NEE matriculados entre 2013 a 2018			
TIPOS DE NECESSIDADE EDUCATIVA	Matrículas	Série	Idade
ESPECIAL			
Deficiência Auditiva	1	8º	13
Surdez	1	1ª E.M.	18
Deficiência Intelectual	5	1ª E.M. e EJA	16-22
Baixa visão	1	EJA	25
Deficiências Múltiplas (Física e Intelectual)	3	1ª E.M. e EJA	16-34
Deficiência Intelectual e Transtorno Desintegrativo da Infância (TDI)	2	6º, 1ª E.M.	15 e 18
Deficiência Intelectual e Distúrbio de Aprendizagem	2	1ª E.M.	17 e 22
Deficiência Intelectual, Distúrbio de Aprendizagem e Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)	1	6º	11
Deficiência Intelectual e Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)	1	6º	12
Deficiência Física, Deficiência Intelectual, Deficiência Múltipla, Disgrafia, Transtorno Desintegrativo da Infância (TDI)	1	EJA	20
Deficiência Intelectual, Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Transtorno Bipolar	1	1ª E.M.	19
Baixa Visão, Deficiência Intelectual e Deficiência Múltipla	1	9º	15
Baixa Visão, Deficiência Intelectual e Deficiência Múltipla, Deficiência Física e Transtorno Desintegrativo da Infância (TDI)	1	2ª E.M.	16
Deficiência Auditiva, Deficiência Intelectual, Deficiência Múltipla e Deficiência Física	1	6º	16
Baixa Visão e Transtorno Desintegrativo da Infância (TDI)	1	6º	12
Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)	5	6º a 1ª E.M.	12-16
Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Específico da Personalidade e Transtorno de Ansiedade	2	1ª E.M.	16 e 17
Autismo Infantil	1	1ª E.M.	17
Autismo Infantil e Deficiência Intelectual	1	1ª E.M.	16
Outras ¹	8	6º a 2ª E.M.	12-16

Fonte: Elaborado pelos autores (2018) com base nos dados fornecidos pela secretaria.

¹ Outras: NEE que tiveram apenas um aluno matriculado e que se constituem Transtornos e Distúrbios: Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, Transtorno Específico da Personalidade/ Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, Transtorno de Ansiedade, Transtorno Mental não Especificado/ Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, Dislexia/ Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH, Distúrbios de Aprendizagem/ Disgrafia, Transtorno Mental nãoEspecificado/ Depressão/ Transtorno Desintegrativo da Infância (TDI).

Observamos que uma diversidade de alunos foi atendida no período delimitado (2005 a 2018) e que no sistema da secretaria da escola, que é unificado em todo o estado de Goiás, é lançado como NEE também os Transtornos (que não são Globais do Desenvolvimento) e os Distúrbios de Aprendizagem e Depressão. Analisando os documentos fornecidos, foi possível constatar que vinte e três desses alunos, concluíram o Ensino Médio na instituição.

Notamos ainda que houve um aumento no número de matrículas nos últimos seis anos, que pode ser reflexo da melhoria do processo de inclusão na primeira fase do Ensino Fundamental e das conquistas legais citadas em nosso referencial teórico, que visam à melhoria do processo ensino-aprendizagem e inclusão desses alunos de forma cada vez mais efetiva. Ao mesmo tempo, nesse período, houve a diminuição de registros de pessoas com NEE no EJA, que pode ter acompanhado a redução do número geral de matrículas nessa modalidade.

Na Tabela 1, nos mostra a prevalência de matrículas de alunos com Deficiência Intelectual e Deficiência Auditiva, já na Tabela 2, apresenta a continuidade da prevalência de alunos com Deficiência Intelectual, mas também observamos o aumento desta, associada à outras deficiências e transtornos. Ainda na Tabela 2, pode ser observado que há diversas matrículas de estudantes com diferentes tipos de transtornos, únicos ou associados a outros. Percebemos que o sistema operacional do Estado, aceita essas matrículas entendendo os diversos transtornos como uma Necessidade Educativa Especial.

Esse aumento do número de alunos com diferentes transtornos mentais, de comportamento ou distúrbios, demonstra que as crianças estão sendo diagnosticadas, cada vez mais cedo, o que não acontecia há alguns anos. Embora o conceito de educação inclusiva esteja sofrendo profundas mudanças (CARVALHO, 2011), entendemos que seja de suma importância que os profissionais da escola conheçam as implicações de cada uma das NEE.

Analisando as duas tabelas, percebemos que o público da educação inclusiva muda no decorrer do tempo e que não há limites estáticos para defini-lo. Na verdade, isso não é o mais importante, a reflexão que realmente devemos considerar é que os profissionais da escola precisam se preparar para receber, incluir e promover o aprendizado e socialização desses alunos. Pelas tabelas, entendemos que há diferenciações em termos de diagnósticos,

por exemplo, entre cegueira e baixa visão, surdez e deficiência auditiva, e diferença entre deficiência intelectual e distúrbio de aprendizagem.

Isso denota o desafio atual de formar docentes para a diversidade, entendendo que somente a graduação não instrumentaliza esses profissionais para a realidade das nossas escolas, com um público cada vez mais heterogêneo, a demanda exige a capacitação em serviço. Assim como os termos se diferenciam, cada aluno tem características que são próprias do tipo de necessidade que possui. Logo, a formação continuada é o melhor caminho, para que esse profissional possa se capacitar e refletir sobre sua prática, na busca de qualidade e equidade no exercer de seu ofício (CARVALHO, 2011).

3.2 O Atendimento Educacional Especializado na ECinvestigada

Na instituição pesquisada, a sala destinada ao Atendimento Educacional Especializado funciona desde 2008, embora já tenha registros de alunos com NEE desde 2005. A atual responsável por esse atendimento foi entrevistada e respondeu questões a respeito sua formação profissional, a realização do AEE e sobre o que considera avanço e limitação no que se refere à educação inclusiva, na escola em questão.

Sobre sua formação, é graduada em Letras, Pós-graduada em Atendimento Educacional Especializado, tem curso de aperfeiçoamento em Atendimento em Salas de Recursos Multifuncionais e aprimoramento em Braille, Sorobã e Mobilidade. Trabalha com alunos com NEE há oito anos.

Percebemos que sua formação está adequada às orientações da atual LDB (nº 9.394, 1996), quando no capítulo V, artigo 59 prevê a capacitação do profissional da educação especial “[...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns [...]” (BRASIL, 1996).

Sobre a maneira como o Atendimento Educacional Especializado é oferecido na instituição, ela relatou que é realizado individualmente ou com agrupamento de até quatro alunos, buscando aproximação entre eles pela deficiência, pela dificuldade de aprendizagem ou outros critérios como a idade. Cada caso é analisado em sua especificidade, segundo a profissional, a maioria dos alunos com Paralisia Cerebral requer atendimento individualizado, assim como alunos com Autismo, pois resistem aos grupamentos. Acrescentou ainda que já obteve sucesso na socialização de um aluno com Autismo.

O atendimento é oferecido durante duas horas, duas vezes por semana, no contraturno, ou seja, em turno oposto ao que o aluno estuda, respeitando as diretrizes legais (BRASIL, 2009). Nos atendimentos, a profissional do AEE trabalha cinco áreas: Códigos e Comunicação (LIBRAS, Braille e/ou Língua Portuguesa), Tecnologia Assistiva², Desenvolvimento Cognitivo, Arte, Enriquecimento Curricular (para aluno com Altas Habilidades). O planejamento é feito quinzenalmente, para cada aluno ou grupo de alunos, especificando as atividades que serão desenvolvidas em cada atendimento.

Como avanço relativo à inclusão na instituição, a entrevistada relacionou o fato do Ministério da Educação e Cultura (MEC) enviar materiais e equipamentos para o AEE, que podem ser utilizados pelos alunos em sala de aula quando necessário. A contratação de Professores de Apoio (P.A.) à inclusão também é um grande avanço, segundo ela, pois esses acompanham o estudante em sala, auxiliando no processo ensino-aprendizagem, sendo um colaborador do professor regente. Esse profissional P.A. deve ter curso na área da inclusão e acompanha até três alunos numa mesma sala, desde que tenham laudo médico atestando a necessidade educativa. Ainda como progresso, ela citou o fato dos colegas (discentes) receberem muito bem o aluno com NEE na sala de aula, e o fato de muitos alunos que foram atendidos concluírem o Ensino Médio e ingressarem no Ensino Superior.

Em relação às limitações relacionadas à inclusão na instituição, a profissional mencionou o fato de ter pouco tempo para orientar os professores, principalmente os regentes, pois é sua atribuição também coordenar o trabalho dos Professores de Apoio e orientar os regentes em relação à NEE de cada aluno, visando buscar estratégias que favoreçam o aprendizado. Uma vez ao mês, o Estado prevê no calendário escolar, o Encontro Coletivo, que é um dia de trabalho onde todos os professores se reúnem para capacitação em serviço. Nesse dia, é destinado na pauta um momento de conversa e discussão sobre os alunos público-alvo da inclusão, porém, ela considera o tempo limitado. Para a entrevistada, a falta de cursos destinados aos professores regentes, oferecidos na instituição, também é um fator limitador do processo de inclusão escolar.

Outra limitação, levantada pela profissional, é o fato de muitos alunos não frequentarem o AEE com regularidade. Alguns alunos, principalmente os mais velhos, resistem em participar, pois não gostam de ser vistos na sala, e alegam que os outros alunos

² É um termo ainda novo, utilizado para identificar todo o arsenal de Recursos e Serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e consequentemente promover Vida Independente e Inclusão.

vão rir deles ou discriminá-los. Outros faltam devido aos efeitos colaterais dos medicamentos, que geralmente causam muito sono, ou mesmo devido às constantes consultas médicas a que são submetidos. Em alguns casos, alguns pais encontram dificuldades diversas para levarem seus filhos para serem atendidos, conforme levantado pela entrevistada. Constatamos, pelas respostas da profissional, que a instituição tem a preocupação de atender à proposta da educação inclusiva, recebendo estudantes com necessidades educativas em salas de aulas regulares, oferecendo o AEE, que contribui para a permanência e conclusão dos alunos com NEE. Percebemos avanços, como os recursos enviados e a contratação de Professores de Apoio (P.A.), que corroboram para a efetivação da escola inclusiva, pois conforme define Carvalho (2011), é preciso tirar o foco do que seja especial no aluno, para buscar o que seja especial na educação.

Sobre essa definição de Educação Especial Carvalho (2011) defende que:

[...] temos proposto que, por educação especial, entenda-se o conjunto de recursos que todas as escolas devem organizar e disponibilizar para remover barreiras para a aprendizagem de alunos que, por características biopsicossociais, necessitam de apoio diferenciado daqueles que estão disponíveis na via comum da educação escolar (CARVALHO, 2011, p.19).

Portanto, concluímos que há na instituição, a busca da remoção de barreiras para a promoção da efetiva aprendizagem e inclusão dos alunos. Apesar de algumas limitações relacionadas à participação da família e capacitação de professores regentes.

3.3 Recursos disponíveis para o Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Analisamos a lista de recursos disponíveis na sala do AEE, fornecida pela responsável pelo atendimento. Trata-se de uma sala bem equipada, com diversos recursos e Tecnologias Assistivas que podem favorecer o desenvolvimento cognitivo dos alunos com diferentes NEE e servir de suporte para os professores utilizarem em sala de aula.

Concluímos que os recursos disponíveis podem auxiliar e favorecer o processo ensino-aprendizagem do aluno cego ou com baixa visão, do aluno com paralisia cerebral, do aluno com deficiência auditiva ou com surdez, com deficiência intelectual ou com transtorno global do desenvolvimento. Além de contribuir para a superação de barreiras relacionadas a diferentes dificuldades de aprendizagem e síndromes.

Segundo Mazzota (2011, p. 223) o avanço da ciência e tecnologia contribuiu para melhoria da vida da pessoa com deficiência, favorecendo seu desenvolvimento e educação.

A escola pode, então, utilizar os diferentes recursos disponíveis, inclusive da área da informática, para promover o aprendizado.

4. Considerações Finais

A pesquisa evidenciou que ocorreram muitos avanços ao longo do tempo no que se refere à Educação Inclusiva no Brasil e que investigações como a proposta são relevantes, pois denotam se as atuais diretrizes têm chegado nas escolas. Assim, comparando as diretrizes legais, com as práticas desenvolvidas na instituição, concluímos que a escola Cinvestigada busca promover a educação inclusiva, oferecendo o AEE, em uma sala com diversos recursos didáticos, que visam contribuir para a remoção de barreiras que impedem a aprendizagem dos alunos com NEE.

Sobre os avanços ocorridos em relação à inclusão desses alunos, elencamos o fato de o MEC enviar materiais e equipamentos para o AEE. Além disso, a contratação de professores de apoio à inclusão, a aceitação dos colegas ao receberem o aluno com NEE na sala de aula e o fato de muitos desses alunos concluírem o Ensino Médio e ingressarem no ensino superior.

Em relação às limitações relacionadas à educação inclusiva na instituição, até o momento podemos citar o fato de muitos alunos não frequentarem o AEE com regularidade, pois muitos pais não conseguem levar seus filhos para o atendimento, por diversas razões e dificuldades. E ainda o pouco tempo para orientação de professores em serviço.

Pode-se considerar que a instituição investigada possui uma sala de AEE bem equipada. Nela há diversos recursos e Tecnologias Assistivas que podem favorecer o desenvolvimento cognitivo dos alunos com diferentes NEE e servir de suporte para os professores utilizarem em sala de aula, conforme as necessidades cotidianas.

A pesquisa continuará em desenvolvimento e espera-se que novos dados sejam acrescentados, a partir da visão dos professores que trabalham diretamente com alunos com NEE nas salas regulares. Além disso, pretendemos investigar, futuramente, aqueles alunos que são atendidos pelo AEE e que até o momento da coleta dos dados, não apresentaram laudo ou diagnóstico.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Diário Oficial da União 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 16 mar.2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9.394 de 1996. Brasília, 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>> Acesso em: 12 out. 2017.

_____. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais**: orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2008**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

_____. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado** na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. 10. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FERREIRA, Carlos Augusto Lima. Pesquisa Quantitativa e Qualitativa: Perspectivas Para o Campo da Educação. **Revista Mosaico**, v. 8, n. 2, p. 173-182, jul./dez. 2015.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SEVERINO, Joaquim Antônio. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.